

PORTUGAL NÃO AVANÇA, PORQUE “O PS É IMOBILISTA”



No discurso de encerramento nas Jornadas Parlamentares do PSD, dia 15, em Portalegre, Rui Rio fez o diagnóstico sobre os problemas do regime e, em particular, da justiça. Rui Rio critica a ausência de ímpeto reformista que caracteriza o Governo e o PS



PARLAMENTO

JOSÉ SILVANO: “VAMOS TER UM BOM RESULTADO AUTÁRQUICO”

José Silvano, Secretário-geral e coordenador autárquico do PSD, antecipa “um grande resultado” nas eleições autárquicas e manifestou-se convicto da vitória em Portalegre, com a candidata Fermelinda Carvalho



LOCAIS

DISTRITAL DE SETÚBAL DO PSD LAMENTA “AUTORITARISMO RECORRENTE” DO PRESIDENTE DA CÂMARA DO MONTIJO

A Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal condena a “atitude autoritária” do autarca socialista em “querer calar à força” o vereador social-democrata, durante uma reunião de câmara



REGIONAIS

COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO NA MADEIRA CONTRIBUÍRAM PARA “DISSIPAR DÚVIDAS” SOBRE AS AUTONOMIAS

Miguel Albuquerque, líder do executivo madeirense, considerou que o discurso do Presidente da República nas comemorações do Dia de Portugal, no Funchal, correspondeu às expectativas



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

O INFILTRADO

A cedência de dados pessoais confidenciais a representações externas, como da Rússia, China, Venezuela e de Israel mostra que, com esta prática, a Câmara de Lisboa, usurpou as competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que deveria ser o único interlocutor das relações diplomáticas. A autarquia da capital, afinal, tem agido como parte da Convenção de Viena, ao nível das relações diplomáticas. Inacreditável!

Lisboa é hoje um marasmo na circulação automóvel, no apoio ao comércio e economia locais, no urbanismo – com a entrega do espaço público aos construtores – na habitação, onde a maioria dos jovens continua sem acesso e obrigada a instalar-se na periferia, e até nas suspeitas judiciais que envolvem vereadores. Ficámos agora a saber que a Câmara também convive bem com a delação.

Medina qualifica o incidente como *"erro dos serviços"*, mas permitiu que a própria Câmara funcionasse como célula inimiga dos interesses de Portugal. O procedimento, que parece que era habitual, expôs um edil que ficou às aranhas e que se mostra *"inepto"* para o exercício de funções. Na verdade, Medina recebeu a Câmara de mão beijada, o legado de Costa.

Em entrevista ao *Telejornal*, da RTP1, Fernando Medina simplesmente mentiu. Começou por dizer que ouvira falar do episódio *"há poucos dias pela comunicação social"*; mas, antes, declarava que, em abril, determinara uma auditoria para apurar a forma como haviam sido tratados todos os pedidos de realização de manifestações anteriores.

"Eu assumi por inteiro as responsabilidades da câmara e o erro que a câmara cometeu e anunciei, nesse mesmo momento, a realização de uma auditoria urgente ao que se passou naquele processo em concreto e em relação aos outros", disse Medina. O problema é que não assumiu nada. Mentiu, mentiu e se o disser de novo, voltará a mentir.

A verdade é que a Câmara de Lisboa pôs em risco a segurança e colocou em perigo, pelo menos, dois dos ativistas russos, que são também cidadãos nacionais. O Ministério da Administração Interna e o Ministério dos Negócios Estrangeiros sabiam do procedimento, pelo menos, desde março, receberam uma queixa, e não fizeram nada.

A reação de Augusto Santos Silva é simplesmente patética e insulta a inteligência dos portugueses. *"Espero que as autoridades russas que receberam indevidamente os dados cumpram as leis internacionais e os apaguem"*, afirmou o ministro, que é o chefe da diplomacia, uma pasta que carrega o peso do Estado e, tradicionalmente, ostenta dignidade e competência. Portugal pode orgulhar-se do seu corpo diplomático, mas o corpo diplomático só pode sentir-se envergonhado de um ministro responsável que trata assim, de forma simplória, a condução da política externa.

A Câmara também diz ter solicitado à Embaixada da Federação Russa para apagar os dados pessoais dos manifestantes e esta assegura que os eliminou e que não os enviou a Moscovo. Estamos gratos por estes gestos, mas eles não apagam a gravidade do caso que, segundo o Chefe de Estado, obrigará à atualização da máquina administrativa(!) Só? E quanto a responsabilidades, como é que ficamos?

De que está à espera o Ministério Público para investigar a ocorrência dos atos desta natureza? Podem os eleitores confiar num Presidente da Câmara que é cúmplice dos regimes que perseguem os seus críticos e violam, de forma grosseira e reiterada, direitos, liberdades e garantias fundamentais?

Em tempos, o PCP entregou ficheiros e segredos de Estado a Moscovo; durante uma década, autarcas socialistas cederam informação a entidades que perseguem, prendem e matam, até mesmo fora dos seus territórios. Basta lembrar o assassinato de Anna Politkovskaya, em Moscovo, ou o envenenamento de Alexander Litvinenko, em solo britânico.

"Demasiado grave para ficar impune", escreveu Vital Moreira. Concordamos em absoluto. Para todos os que entendem que há linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas, este caso não foi só um erro administrativo, mas antes uma sucessão de procedimentos censuráveis e deploráveis. Não basta pedir desculpa ou dar a garantia de não haver *"a repetição de um procedimento burocrático"*. As desculpas não se pedem, evitam-se.

A incompetência tem um nome e não pode ser premiada: Fernando Medina, o infiltrado.

PORTUGAL NÃO "O PS É IMOBILISTA"

No discurso de encerramento nas Jornadas Parlamentares do PSD, dia 15, em Portalegre, Rui Rio fez o diagnóstico sobre os problemas do regime e, em particular, da justiça. Rui Rio critica a ausência de ímpeto reformista que caracteriza o Governo e o PS. "Portugal precisa de um Governo reformista, de uma Assembleia da República com perfil reformista. O nosso Primeiro-Ministro António Costa não quer reformar nada, mas ainda que ele quisesse reformar, o PS não o deixava reformar, porque o PS é ele próprio este sistema", afirmou.

Rui Rio destaca que o seu papel, na qualidade de líder da oposição, é contribuir para a realização de reformas que permitam desenvolver Portugal. "Não podia ter feito mais esforço, não posso fazer mais esforço desde o primeiro dia em que tomei posse para tentar trazer, em nome de Portugal, o Governo para as reformas. Nunca ninguém fez o que eu fiz", afirmou.

O líder do PSD considera que "o povo vai acabar por perceber que o país não anda, porque o PS é imobilista". "É o PS a primeira razão de nós não reformarmos. No fundo, o PS na sua cultura, independentemente do Governo PS que lá possa estar, normalmente só quer manter o poder para poder alimentar a clientela socialista", precisou.

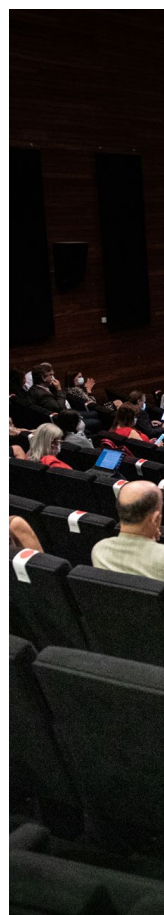
No entender do Presidente do PSD, "o Governo vai nomeando, o PS vai adiando e Portugal vai definhando, é este o circuito do que tem acontecido", e por mais que o PSD grite e critique "o PS continua inamovível".

Rui Rio diz que se a democracia não for rapidamente reformada, "o aparecimento de movimentos extremistas fortes não será um azar", mas uma "consequência lógica da inaptidão" dos partidos tradicionais.

No quadro das reformas necessárias, Rui Rio considera a da justiça como "a mais premente e relevante". "Não conheço setor que tenha tido tanta incapacidade para acompanhar os novos tempos, seja na morosidade, seja na sua organização, seja na falta de conhecimento técnico dos próprios magistrados, seja na violação deliberada do segredo de justiça para fomentar julgamentos populares", disse.

Sobre a forma como se tem procurado criminalizar o enriquecimento ilícito ou injustificado, o Presidente do PSD pede que todos os políticos sejam "sérios" e não pretendam passar a ideia de que este tipo de legislação – além de já ter sido considerada inconstitucional por duas vezes – possa acabar com a corrupção.

"Mesmo que nós conseguíssemos criminalizar o enriquecimento ilícito, nos termos em que foi ao Tribunal Constitucional e voltou para trás, nós não apanhávamos nenhum corrupto de jeito, no máximo apanhávamos um *corrupto* pequeno sem grande inteligência", afirmou.



ÃO AVANÇA, PORQUE ILISTA”



Rui Rio entende que basta ser “um corrupto de inteligência média” para, se receber algum bem ou rendimento indevido, o ponha “no nome de um amigo qualquer, de preferência que viva longe”. “Temos de arranjar uma solução tecnicamente viável, mas não podemos iludir as pessoas, não é forma de debater um tema sério como a corrupção”, disse.

O líder do PSD defende alterações à composição dos conselhos superiores da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais Administrativos e Fiscais, que implicam uma revisão constitucional. “Devemos pôr um ponto final na lógica corporativa e deixar estes órgãos respirar juntamente com a sociedade civil”, apelou.

Rui Rio reconhece apenas duas medidas tomadas pelo atual Governo na justiça: “a primeira foi aumentar o salário dos magistrados, outra foi nomear um procurador nacional europeu à feição dos desejos do Governo”.

Jornadas Parlamentares: PSD debateu setor da Justiça

Adão Silva afirmou que as Jornadas Parlamentares vão contribuir para que o PSD se apresente com uma “elevadíssima preparação e qualidade” no debate parlamentar do dia 25 de junho, dedicado à Justiça, e para o qual o PSD vai arrastar 3 iniciativas legislativas.

Na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PSD, dedicadas ao tema “Portugal precisa de mais e melhor Justiça”, o líder parlamentar do PSD anunciou que os sociais-democratas já entregaram no Parlamento 3 diplomas:

Projeto de lei 875 - Aprova medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira, procedendo à alteração do Código Penal e de legislação conexa;

Projeto de lei 876 - Trigesima oitava alteração ao Código de Processo Penal;

Projeto de lei 877 - Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, ampliando obrigações declarativas e prevendo a comunicação obrigatória ao Ministério Público da falta de indicação dos factos que originaram aumentos patrimoniais.

Contudo, o social-democrata afirmou que estes diplomas ainda vão ser aperfeiçoados com os contributos recolhidos durante os trabalhos das Jornadas.

Adão Silva afirmou ainda que estas jornadas vão igualmente servir para “engrossar a dinâmica” autárquica do partido na região, uma vez que a manhã do segundo dia de trabalhos das jornadas os deputados do PSD se vão deslocar aos diversos concelhos do distrito de Portalegre onde, em conjunto com os presidentes das concelhias e dos candidatos autárquicos, vão visitar um conjunto de instituições.



“APOIOS PÚBLICOS” PARA ATRAIR JOVENS PARA A AGRICULTURA



Em visita à Feira Nacional de Agricultura, dia 9 de junho, no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Santarém, Rui Rio mostrou sintonia com as preocupações manifestadas pelos agricultores. Um dos temas que merece atenção é a não conclusão da reforma da PAC (Política Agrícola Comum), durante a presidência portuguesa [do Conselho da União Europeia] e que vai terminar este mês, o que, no entender de Rui Rio, “deixa um quadro de instabilidade muito grande relativamente ao futuro”.

Rui Rio lamenta o panorama desanimador da agricultura nacional. “Atualmente não existem jovens agricultores. Portugal tem de olhar para o futuro da agricultura”, apontou.

O Presidente do PSD, que visitou o certame e tomou conta da realidade de várias empresas e instituições que expõem na FNA21, defendeu “a necessidade de apoios públicos” para realizar investimentos que resolvam a “escassez de água” com se debate a agricultura portuguesa e implementação de políticas sustentada para atrair as camadas mais jovens para o setor.

A Feira Nacional de Agricultura/Feira do Ribatejo abriu portas em Santarém e prolongou-se até ao dia 13, sob o tema “A Água na Agricultura”.



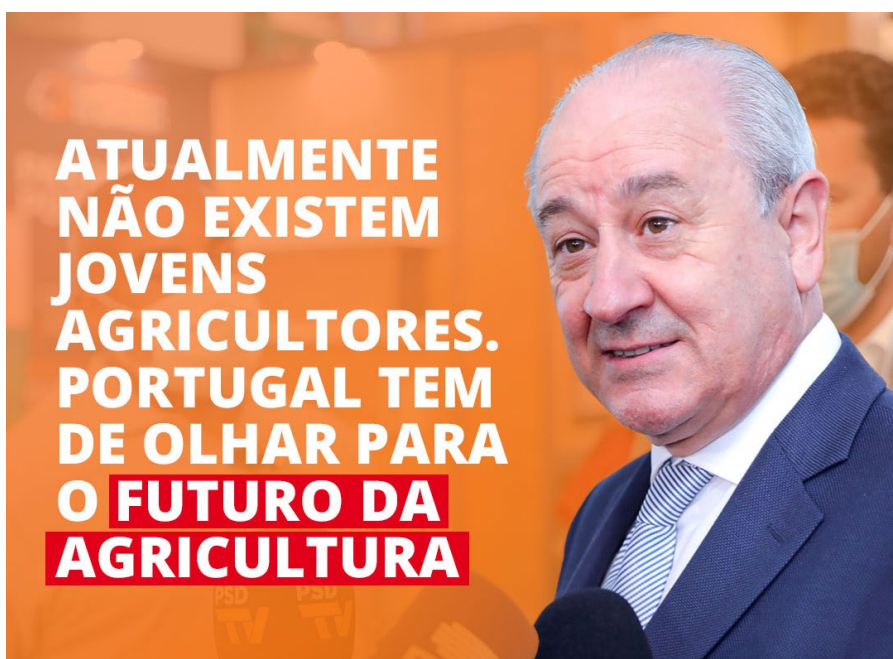
“Regras muito claras” no desconfinamento e “coragem firmeza” para travar casos em Lisboa e Braga

“Há o problema dos concelhos que estão a disparar, designadamente Lisboa e Braga, e aí o Governo tem de ter a coragem de ter medidas mais pesadas, como é lógico, se não isto vai disparar”, afirmou o líder do PSD, comentando o anúncio de que estes dois concelhos não vão avançar para a fase seguinte de desconfinamento.

Admitindo que em Lisboa possa ser “mais complicado” endurecer medidas, Rui Rio vincou a necessidade de as autoridades nacionais serem “firmes para não estragar tudo aquilo que está feito”, já que, nos últimos dias o número de casos “agravou-se mais do que todos nós poderíamos estar a pensar”

Questionado sobre o evoluir da situação da pandemia no país, Rui Rio declarou que com o agravar da situação em alguns concelhos, o Governo não tem mostrado competência. “Acima de tudo o que o Governo tem de ser é prudente e muito claro para que as pessoas saibam exatamente aquilo que tem de fazer”, disse, considerando que “neste momento as pessoas não estão bem esclarecidas sobre o que podem e o que não podem [fazer].”

No entender de Rui Rio, são precisas “regras muito claras” e o país não deve “embarcar numa situação eufórica de dizer que está tudo resolvido, porque de repente há os festejos que houve relativamente ao futebol, que estão ligados aquilo que é a degradação dos números” de casos de infeção no país.



**ATUALMENTE
NÃO EXISTEM
JOVENS
AGRICULTORES.
PORTUGAL TEM
DE OLHAR PARA
O FUTURO DA
AGRICULTURA**



PARTILHA DE DADOS PESSOAIS É “UMA VERGONHA PARA PORTUGAL”

Rui Rio considera “absolutamente intolerável” a cedência de dados pessoais de ativistas russos a Moscovo pela Câmara Municipal de Lisboa. Quando se sabe que a autarquia também partilhou dados com as embaixadas de Israel, China e Venezuela, Rui Rio declara que estes procedimentos constituem uma “vergonha para Portugal”, e “nenhum governo da União Europeia faria semelhante coisa”.

Para o Presidente do PSD, “num país democrático” como Portugal, esta prática é “gravíssima” e determina o apuramento de todos os contornos e suas responsabilidades. “O que o PSD vai fazer é entrar com um requerimento, no sentido de chamar o doutor Fernando Medina [presidente da Câmara Municipal de Lisboa] à Assembleia da República e também votaremos a favor de todos os requerimentos de outros grupos parlamentares que tenham o mesmo objetivo”, afirmou Rui Rio em conferência de imprensa, no Porto, esta quinta-feira.

O PSD pretende ainda solicitar a audição do ministro dos Negócios Estrangeiros, para ir ao Parlamento explicar esta situação e que procedimentos há a adotar para que haja “a certeza de que isto não volta a acontecer nunca mais em Portugal”.

Rui Rio critica, assim, a divulgação às autoridades russas de dados pessoais – inclui nomes, moradas e contactos telefónicos – de três manifestantes que participaram em janeiro num protesto em frente à embaixada russa em Lisboa, a exigir a libertação do opositor russo Alexey Navalny.

Rui Rio recorda que o Fernando Medina disse que cumpriu a lei, por esse motivo, e o PSD quer saber que lei é essa. “O doutor Fernando Medina diz que cumpriu a lei, que lei é que existe, qual é a lei que obriga a câmara a entregar cidadãos, neste caso, ao governo russo”, questionou.

E acrescentou: “se esta lei existe e se é assim foi ela também cumprida no tempo em que o atual Primeiro-Ministro era presidente da Câmara de Lisboa”.

Rui Rio interroga se outras autarquias do país tem o mesmo procedimento abusivo face a “tal lei”. “Essas pessoas [cujos dados foram partilhados] não sei se correm perigo em Portugal, mas se regressarem à Rússia correm perigo seguramente”, frisou.

“Por ironia do destino, acontece também na mesma semana em que o Governo nomeia comissários para comemorar os 50 anos do 25 de Abril, que se fez precisamente contra atitude destas”, disse.

RUI RIO ACUSA IL DE “FAZER PIOR” DO QUE O PCP AO PROMOVER UM ARRAIAL

Rui Rio critica a Iniciativa Liberal por ter promovido um arraial-comício no sábado, em Lisboa, quando Portugal ainda não debelou a pandemia e com Lisboa a ser uma das maiores preocupações do país com a situação epidemiológica a dar sinais de agravamento na capital.

“Como é possível a IL ter criticado o PCP e agora ainda fazer pior do que os comunistas? Para vencermos a covid-19 temos de ter todos respeito pelos outros e sentido da responsabilidade”, escreveu no Twitter.

O Presidente do PSD afirma que “a arrogância não é arma contra a pandemia, nem a favor da recuperação económica”. “Assim, não!”, lamentou.

Rui Rio censura o arraial da IL, que juntou dezenas de mesas, quiosques de venda de bebidas e, sobretudo, centenas de pessoas, para festejar o Santo António, no Largo Vi-

torino Damásio, em Santos, uma ação contrária às recomendações das autoridades de saúde e que se encaixa no padrão da Festa do Avante! que a IL tanto censurou ao PCP.

Recorde-se que, em agosto de 2020, depois de o PCP ter decidido manter a realização da Festa do Avante!, o presidente da IL alegava existirem “dois pesos e duas medidas em matéria de grandes eventos” e que a realização da Festa do Avante! colocava em causa “os sacrifícios dos últimos meses”, ao longo dos quais as regras de contenção da pandemia impediram a realização de festas.

Rui Rio reitera que é necessário “ter todo o respeito pelos outros e sentido da responsabilidade”, mesmo que isso implique abdicar dos festejos tradicionais dos Santos Populares em 2021.



Rui Rio @RuiRioPSD · 1h



Como é possível a IL ter criticado o PCP e agora ainda fazer pior do que os comunistas?

Para vencermos a COVID-19 temos de ter todos respeito pelos outros e sentido da responsabilidade. Assim, não! A arrogância não é arma contra a pandemia, nem a favor da recuperação económica.



49

70

260



JOSÉ SILVANO

“VAMOS TER UM BOM RESULTADO AUTÁRQUICO”



José Silvano, Secretário-geral e coordenador autárquico do PSD, antecipa “um grande resultado” nas eleições autárquicas e manifestou-se convicto da vitória em Portalegre, com a candidata Fermelinda Carvalho.

No jantar de encerramento do primeiro dia das Jornadas Parlamentares do PSD, na segunda-feira, 14 de junho, José Silvano fez questão de sublinhar que, dos 308 municípios, cerca de 300 foram escolhidos com consenso. “Quando se fala que o PSD teve muitos problemas na escolha de candidatos eu, ou já não sei matemática, mas em 308 ter oito onde tive chatices, dá 2,5%. Parece 2,5% têm mais publicidade do que os 97,5% onde houve consenso”, apontou.

O coordenador autárquico do PSD deixou uma nota positiva sobre as eleições locais. “Vamos ter um bom resultado autárquico no país, sem grandes foguetórios – nunca fui de muitos foguetes, porque nunca sei onde caem as canas – acho que vamos ter um grande resultado no país”, afirmou.

José Silvano acredita na vitória da candidata apoiada pelo PSD em Portalegre, dizendo basear-se “não só na qualidade da candidata, mas em dados objetivos”. “Esta capital de distrito desta vez vai ser do PSD, porque ela vai ganhar a câmara de Portalegre. (...) A candidata tem conhecimento real do distrito”, mencionou.

Fermelinda Carvalho, que está a cumprir o terceiro e último mandato como presidente da Câmara Municipal de Arronches, e que é também presidente da Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre, desde 2014, é, segundo José Silvano, uma defensora do mundo rural. “Em Portalegre, não só a qualidade da candidata, mas pelos dados objetivos que temos, é que nesta capital de distrito, a candidata vai ganhar a câmara de Portalegre”, disse.

Fermelinda Carvalho salientou que o PSD teve, no seu nascimento, uma “grande implantação no interior”, e apelou ao investimento com efeito multiplicador no distrito, como em novas vias rodoviárias, e na criação de oportunidades para fixar as populações, em vez de apostar em “estruturas e organismos para fidelizar clientelismos partidários”. “Ao longo de décadas, o nosso território tem sido discriminado pela negativa. Não me recordo de nenhum investimento com relevância, simplesmente não foi feito. Se não fosse o investimento privado em vários setores de atividade, graças aos nossos empresários locais, muitos jovens não teriam cá ficado. Os municípios sistematicamente substituem o Estado central naquilo que lhe competia”, apontou.

PSD QUER OUVIR COM URGÊNCIA FERNANDO MEDINA E AUGUSTO SANTOS SILVA NO PARLAMENTO

Tal como anunciado por Rui Rio, o grupo parlamentar do PSD entregou, na sexta-feira, 11 de junho, dois requerimentos para que sejam ouvidos, no Parlamento, com caráter de urgência, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para prestarem esclarecimentos sobre a partilha de dados pessoais de manifestantes pela Câmara Municipal de Lisboa a autoridades estrangeiras.

O PSD cita notícias que dão conta de que a Câmara Municipal de Lisboa fez chegar a diversas autoridades governamentais estrangeiras dados pessoais e sensíveis como os nomes, moradas e contactos de manifestantes que participaram em protestos.

Para a bancada social-democrata, “estamos perante uma situação de extrema gravidade, tanto mais que, até ao momento, foi conhecido a partilha de dados pessoais e sensíveis com autoridades russas, israelitas, chinesas e venezuelanas”. “No caso

da Rússia e China, como é sabido, Portugal e a União Europeia têm reiteradamente condenado a violação de direitos humanos, designadamente pela perseguição aos opositores ao regime”, referem.

“O PSD considera inqualificável em democracia um acontecimento desta natureza” e por isso quer esclarecimentos “sobre a prática da partilha dos dados pessoais dos organizadores da referida manifestação com o governo russo, facto que coloca em causa não só a segurança dos cidadãos em questão, incluindo nacionais portugueses, bem como a das suas famílias”, lê-se.

Nesse sentido, sublinham os deputados, é agora “fundamental sabermos as razões que levaram a essa interferência numa área de soberania sob a qual nem a Câmara Municipal de Lisboa, nem o seu Presidente têm competência. E que procedimentos devem ter tomados para se evitem situações semelhantes no futuro”.

PSD APROVA ALTERAÇÕES AO NOVO REGIME GERAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Perante o generalizado incumprimento de metas e com vários fluxos específicos de resíduos em situação de descontrolo, o Grupo Parlamentar do PSD requereu a Apreciação Parlamentar do decreto-lei 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo ainda quatro Diretivas da União Europeia.

Este extenso e muito relevante decreto-lei foi publicado pelo governo após um período de consulta pública de apenas 14 dias, tendo sido alvo de duras críticas por parte das diversas entidades do setor, dada a sua complexidade, contradições e limitações em vários domínios.

Após três meses de discussões em sede de Apreciação Parlamentar, foram aprovadas cerca de meia centena de alterações a esta legislação.

O Grupo Parlamentar do PSD decidiu fazer o trabalho de auscultação que o Governo não havia feito e assumiu a liderança do processo de apreciação parlamentar, tendo garantido a introdução de várias correções ao diploma. Apesar das muitas propostas rejeitadas, o PSD reuniu apoios para aprovar um conjunto significativo de alterações tendo também ajudado a melhorar e viabilizar várias propostas de outros partidos.

De entre as alterações aprovadas destacam-se as seguintes:

- Melhorias nos processos de planeamento. Os planos nacionais de gestão de resíduos ficam obrigados a apresentar uma previsão dos valores dos investimentos a realizar, tendo por base um diagnóstico mais exigente.
- Aumento da transparência e do escrutínio da utilização das receitas da Taxa de Gestão de Resíduos, nomeadamente através da publicação obrigatória de um relatório anual “onde conste de forma inequívoca a atribuição desagregada, por ações, objetivos e destinatários, das receitas geradas pela TGR”.
- As receitas da Taxa de Gestão de Resíduos não distribuídas por avisos do Fundo Ambiental para melhorias nos sistemas revertem a favor dos municípios para serem repercutidas na redução dos valores cobrados aos cidadãos – a totalidade da receita da TGR que está destinada ao Fundo Ambiental será canalizada anualmente para abertura de avisos desse Fundo para candidaturas dos municípios, ficando o Estado obrigado à devolução desses montantes para redução das faturas cobradas aos municípios em caso de incumprimento por não abertura destes avisos.
- Melhorias na estratégia de prevenção do desperdício alimentar.
- As plataformas eletrónicas de venda e distribuição de bens passam a ser responsáveis pelo financiamento dos custos de gestão de resíduos provenientes de todos os produtos que comercializem.
- Todos os intervenientes no comércio online, incluindo plataformas eletrónicas, passam a contribuir para a redução de sacos e/ou embalagens.
- Reforço da recolha seletiva de REEE – permitindo-se às Entidades Gestoras que estas adotem formas de recolha de maior proximidade como a recolha porta-a-porta.
- Exigência de campanhas de comunicação e sensibilização mais concertadas entre Entidades Gestoras de modo a ganharem escala e terem mais impacto e eficácia.
- Alargamento das áreas dedicadas a bebidas em embalagens reutilizáveis e a produtos a granel nas grandes superfícies comerciais.
- Obrigação da disponibilização nos estabelecimentos comerciais de recipientes com água da torneira e copos reutilizáveis higienizados para consumo por parte dos clientes.

- Integração do princípio da coesão territorial no estabelecimento das tarifas dos serviços públicos de gestão de resíduos urbanos.
- Elaboração de estudos sobre mecanismos de compensação dos sistemas municipais e multimunicipais de gestão de resíduos pelos resíduos de embalagens depositados nos equipamentos de recolha seletiva.
- Delimitações funcionais mais claras do que cada entidade do setor pode ou não fazer - as Entidades Gestoras não podem deter participação no capital social de outras entidades e, caso detenham, devem extingui-las no prazo de 180 dias.
- Maior exigência ambiental - definição de “Enchimento” mais restritiva para reduzir riscos em operações de recuperação paisagística que usem resíduos não perigosos.
- As operações de remediação de solos devem analisar riscos para a saúde humana e/ou para o ambiente.
- Aterros para resíduos não perigosos terão agravamento no valor da TGR relativamente às quantidades de resíduos adequados para reciclagem.
- Maior exigência nos critérios de admissão em aterro de resíduos inertes.

Estas e muitas outras alterações foram introduzidas por iniciativa do PSD, ou com o seu voto favorável.

Com estas alterações, o Grupo Parlamentar do PSD contribuiu de forma determinante para a melhoria efetiva do decreto-lei nº102-D, contrariando a resistência do Partido Socialista e a resignação do Governo para com um panorama de fraco desempenho e de reiterado incumprimento de metas no setor dos resíduos.

Só por falta de ambição do Partido Socialista e falta de visão de outros Grupos Parlamentares não se conseguiu ir ainda mais longe nas alterações necessárias a este relevante decreto-lei.

Será necessária uma reforma mais abrangente e ousada para que seja possível superar os constrangimentos estruturais que atualmente se verificam no setor dos resíduos em Portugal.



PORTUGAL ESTÁ NA CAUDA DA EUROPA DA CRIAÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL COVID

O PSD acusa o Governo de inação e de ter colocado Portugal na cauda da Europa da criação do Certificado Digital Covid. Numa declaração no Parlamento, Cristóvão Norte exigiu ao Governo que coloque o certificado digital covid-19 a funcionar em Portugal "o mais rapidamente possível", considerando "extraordinário" que o país que preside à União Europeia não tenha ainda esta ferramenta disponível.

Para o coordenador do PSD na Comissão de Economia, "é extraordinário que Portugal, que é um dos países em que o turismo tem maior significado e que já registou mais de cem mil postos de trabalho perdidos na área, não tenha ainda a funcionar esse certificado", isto apesar de estar neste momento a presidir ao Conselho da União Europeia.

"Exigimos que o Governo, o mais rapidamente possível, coloque todas as energias para que esta peça fundamental para garantir a normalização dos fluxos turísticos entre rapidamente em vigor, sob pena de estarmos a desproteger famílias e empresas e a prejudicar a recuperação do país", apelou.

Cristóvão Norte recordou que este certificado "já entrou em vigor" em nove países e que, dos 31 que manifestaram vontade de aderir, 26 já tinham ultrapassado a fase de ensaios. "Se o senhor Primeiro-Ministro vem dizer que ainda estão na fase de ensaios para verificação, significa que estamos na cauda da Europa numa ferramenta que é muito mais importante para nós do que para os demais países", afirmou.

O social-democrata alertou ainda para "uma tese perniciososa" que está a ser difundida para justificar a retirada de Portugal da lista verde do turismo do Reino Unido, relacionada com uma variante nepalesa do novo coronavírus, com muitos poucos casos no país. Para Cristóvão Norte, a questão "tem de ser travada no domínio internacional e o país não pode admitir que uma tese tão perniciososa faça o seu caminho sem uma palavra firme de repúdio que defenda Portugal".



PSD DEFENDE MEDIDAS PARA "MITIGAR VÍCIO NAS RASPADINHAS"

O PSD pretende saber que medidas pondera o Governo adotar para "mitigar" a viciação crescente dos portugueses nos jogos instantâneos, como as "raspadinhas", e que constitui um "grave problema de saúde pública".

Num requerimento entregue no Parlamento e dirigido à ministra da Saúde, os deputados do PSD alertam que a "popularidade crescente" deste jogo instantâneo o tornou atualmente "num grave problema de saúde pública cuja ausência de políticas públicas merece a maior das preocupações".

"Está o Governo a acompanhar o crescente número de pedidos de ajuda de pessoas dependentes deste tipo de jogo?", perguntam os deputados sociais-democratas.

Além disso, os deputados do PSD questionam o Governo como compatibilizam os alertas dos especialistas "com a mais recente lotaria lançada pelo Governo para financiar a requalificação de património cultural", a denominada raspadinha do património.

No requerimento, que tem como primeiro subscritor Adão Silva, líder parlamentar, os deputados do PSD citam um estudo da Universidade do Minho, segundo o qual, "cada português gastou, em média, cerca de 160 euros por ano, um valor bem acima do que gastou, em média, um espanhol, cerca de 14 euros". "Os números elevados são agravados pelo perfil dos 'jogadores'. São, segundo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 80% dos casos pertencentes a classes sociais baixas", assinalam.

O PSD refere que tem havido "um aumento crescente do número de pessoas a pedir ajuda aos hospitais, ao Centro de Apoio a Toxicodependentes e a clínicas privadas". "Os relatos dos especialistas confirmam a emergência deste problema de saúde pública, sobretudo num contexto de crise, vulnerabilidade e fragilidade, com pessoas a gastarem milhares de euros nestas raspadinhas", referem, acrescentando que a estes se somam os impactos sociais.

De acordo com o estudo de dois pesquisadores da Universidade do Minho, as raspadinhas representam 50% do total das receitas de lotarias, tendo em 2018 representado 1.594 milhões de euros.



O PSD pergunta:

1. Está o Governo a acompanhar o crescente número de pedidos de ajuda de pessoas dependentes deste tipo de jogo?
2. Que medidas pondera o Governo adotar no sentido de mitigar este grave problema de saúde pública?
3. Como se compaginam os alertas dos especialistas com a mais recente lotaria lançada pelo Governo para financiar a requalificação de património cultural?



DISTRITAL DE SETÚBAL DO PSD LAMENTA “AUTORITARISMO RECORRENTE” DO PRESIDENTE DA CÂMARA DO MONTIJO

A Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal condena a “atitude autoritária” do presidente socialista da Câmara Municipal do Montijo em “querer calar à força” o vereador social-democrata, durante a reunião de câmara, ocorrida no passado dia 9 de junho, e manifesta total solidariedade e apoio ao vereador do PSD, João Afonso.

“Este é mais um episódio lamentável que envolve o presidente da autarquia. Já depois de ter ordenado a abertura da correspondência recebida pelo vereador do PSD, o que motivou uma queixa-crime, o autarca do PS continua a querer silenciar o vereador João Afonso de todas as maneiras”, sublinham os social-democratas.



Na ausência de transmissão “online” das reuniões de câmara, nunca autorizadas pela maioria socialista, o vereador do PSD/CDS tem gravado única e exclusivamente as suas próprias intervenções para posterior difusão nas redes sociais. “É seu entender que no exercício do seu cargo, a transparência e a informação aos munícipes são imperativos dos quais não prescinde”.

“A atitude do presidente da Câmara ao chamar a PSP, não foi mais que uma atitude para calar o nosso vereador, pois não conseguiu até à data fundamentar a sua decisão, nem no regimento nem em qualquer legislação”, realçam.

Em comunicado, dia 11, a Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal afirma que “este tipo de atos exercidos pelo PS, merecem ser condenados veementemente, pois são totalmente desproporcionais e descontextualizados com o estado de direito e com a liberdade de expressão”.

A Comissão Política Distrital do PSD exorta ainda Federação Distrital de Setúbal do PS a demarcar-se dos atos de censura do Presidente da Câmara Municipal do Montijo, pois não o fazendo está a ser conivente com atitudes que envergonham a democracia e o poder local democrático.

PSD APRESENTA QUEIXA À CNE CONTRA RUI MOREIRA POR USO DE MEIOS PÚBLICOS

O PSD/Porto acusou, dia 13, Rui Moreira de “utilização de meios de comunicação da autarquia ao serviço” da sua recandidatura, acrescentando que vai apresentar queixa à Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Em causa está, segundo um comunicado da concelhia dos social-democratas do Porto, o uso da página oficial da rede social Facebook da “Feira do Livro do Porto”, evento organizado pelo município, que, segundo o PSD, “partilhou o ‘post’ de lançamento da campanha” de Rui Moreira, que tinha sido publicado pelo Porto, o Nosso Movimento, liderado pelo atual presidente da Câmara Municipal do Porto.

“O PSD/Porto vem por este meio denunciar e repudiar a utilização por parte de Rui Moreira de meios de comunicação da autarquia ao serviço da sua recandidatura. Esta tomada de posição decorre depois da página de Facebook da ‘Feira do Livro do Porto’ ter deliberadamente sido colocada ao serviço da campanha eleitoral autárquica”, refere a nota do PSD/Porto.

Os social-democratas do Porto classificam a atuação da autarquia de “vergonhosa e insultuosa para os portuenses”, por entender que existe “um uso deliberado de meios da Câmara Municipal do Porto ao serviço da campanha do atual presidente da autarquia”.

“O PSD/Porto irá denunciar esta situação à Comissão Nacional das Eleições para que evite esta ‘venuezelização’ da autarquia ao serviço dos interesses eleitoralistas de Rui Moreira”, lê-se ainda no comunicado.

Câmara serve de “assistente de marketing” de empresa imobiliária

O PSD/Porto acusou ainda a câmara de “servir de assistente de marketing” de uma empresa imobiliária

liária ao ter pago 50.000 euros pela realização de um estudo para conhecer o mercado residencial na cidade.

“Foi com enorme surpresa e apreensão que nos apercebemos que esse estudo foi realizado pela Predibisa, uma agência imobiliária com fortes investimentos e interesses na cidade”, referiu o presidente da Concelhia do Porto do PSD, Miguel Seabra.

Em 17 de maio, a Câmara Municipal do Porto, anunciou na sua página oficial estar a realizar um estudo para conhecer as dinâmicas do mercado residencial na cidade, conduzido pela consultora imobiliária Predibisa. Mediante isto, o social-democrata pergunta qual a independência do estudo e se o mesmo não promove um agente imobiliário em detrimento dos restantes. “Esta é uma ação que pretende beneficiar a cidade ou uma ação de marketing comercial deste agente imobiliário”, questionou ainda.

A estas questões, Miguel Seabra acrescenta se a autarquia não tinha capacidade interna para fazer o estudo e, em caso negativo, se não seria mais razoável contratar o mesmo a uma universidade ou politécnico.

“Por que razão a câmara decidiu colocar-se como assistente de marketing de uma empresa imobiliária?”, acrescentou.

Mas, “mais importante”, entendeu, assenta no facto de a câmara ter contratado a Predibisa para, na prática, fazer um inquérito ‘online’ por 50.000 euros.

Miguel Seabra considerou que investir na cidade não é promover os interesses imobiliários de uma empresa.



COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO NA MADEIRA CONTRIBUÍRAM PARA “DISSIPAR DÚVIDAS” SOBRE AS AUTONOMIAS

Miguel Albuquerque, líder do executivo madeirense, considerou que o discurso de Marcelo Rebelo de Sousa nas comemorações do Dia de Portugal, no Funchal, correspondeu às expectativas, vincando a importância de “dissipar dúvidas” sobre a autonomia.

“Foi um discurso em consonância com aquilo que eram as expectativas. O senhor Presidente tem e vai continuar a ter um papel muito importante, na projeção de Portugal atlântico”, disse, reforçando que as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas correram “muito bem” e foram um ato de pedagogia perante a opinião pública nacional.

“Tudo o que contribua para dissipar quaisquer dúvidas relativamente às virtualidades da autonomia, enquanto instrumento de afirmação e desenvolvimento das regiões, é muito bom”, declarou, após a cerimónia militar, na Praça da Autonomia.

E sublinhou: “É também fundamental haver esta pedagogia perante a opinião pública nacional de que as autonomias são um instrumento privilegiadíssimo e uma das grandes conquistas da democracia para promover o desenvolvimento de Portugal no Atlântico”.

Miguel Albuquerque assinalou que o Presidente da República desempenha um “papel relevantíssimo” em termos da influência da opinião pública e das decisões do Estado, nas quais as regiões autónomas assumem um “papel de vanguarda” na política do mar, reforçando que o seu discurso correspondeu às expectativas.

Marcelo Rebelo de Sousa apelou no seu discurso do 10 de Junho a que se reconstrua “o tecido social ferido pela pandemia” e não se desperdice fundos europeus transformando-os numa “chuva de benesses para alguns”.

PSD/Madeira destaca “insensibilidade atroz” do Estado no financiamento das universidades insulares

O PSD/Madeira alertou para a “insensibilidade atroz” do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em relação às universidades das regiões autónomas e avançou com uma proposta de lei à Assembleia da República para a majoração do financiamento.

“O Governo da República comprometeu-se a promover estudos no sentido de avançar com a majoração do financiamento, mas até ao presente nenhum estudo foi apresentado”, afirmou o deputado social-democrata Nuno Maciel, no parlamento regional, salientando que o “valor mínimo” para a Universidade da Madeira (UMa) deve ser de quatro milhões de euros.

A proposta defende a alteração da lei n.º 37/2003, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, criando condições para uma “discriminação orçamental positiva” das universidades da Madeira e dos Açores e, conseqüentemente, vantagens competitivas no contexto do ensino superior, da investigação e da inovação.

O PSD defende que a compensação pela insularidade a atribuir a cada uma das instituições corresponda a 55% da dotação orçamental inicial corrigida.

Nuno Maciel sublinhou que a Universidade da Madeira, criada há 33 anos e atualmente com 3.150 alunos, recebe cerca de 13 milhões de euros do Estado, mas tem gastos



de 16,6 milhões de euros, ao passo que a congénere açoriana beneficia de 18,4 milhões de euros de transferências do Governo da República.

O deputado social-democrata disse, por outro lado, que deve também ser consagrado o acesso direto a fundos europeus, até agora vedado à UMa, e alertou que o centro de química da instituição corre o risco de encerrar por falta de financiamento, afastando 15 investigadores.

“O culpado por esta perda é o Ministério do Ensino Superior”, afirmou.

COLIGAÇÃO NOS AÇORES PROPÕE BOLSA DE ESTUDO PARA FORMAÇÃO DE NOVOS DOCENTES



O PSD, CDS-PP e PPM entregaram no Parlamento dos Açores uma iniciativa legislativa que visa criar uma bolsa de estudo para alunos da Região que pretendam frequentar mestrados na área da formação de

professores, com o objetivo de responder à falta de docentes que se “tem vindo a acentuar”.

“Prevemos que nos próximos três anos haja mais de 300 professores que se vão reformar nos Açores. A inércia da governação socialista não acautelou esta situação. A solução para esse problema já deveria ter sido encontrada há cinco anos, porque é esse o tempo que demora a formar um professor”, afirmou o social-democrata Joaquim Machado, após uma visita dos deputados do PSD/Açores à Escola Básica Integrada Roberto Ivens, em Ponta Delgada.

Segundo o parlamentar, “se nada se fizer vamos ter, no imediato, um problema agravado de falta de professores para responder às necessidades normais do sistema educativo regional”.

Para Joaquim Machado, “a falta de professores já não é um problema exclusivo das ilhas mais pequenas ou dos concelhos periféricos dos Açores, mas atinge já as grandes cidades”.

“Esta escola no centro de Ponta Delgada tem um professor estagiário de Educação Física a dar aulas de Inglês, porque não há ninguém na Região disponível para vir lecionar esta disciplina. Esta dificuldade que hoje já se sente vai agravar-se significativamente nos próximos anos com a reforma de mais 300 professores”, explicou.

O deputado do PSD/Açores salientou que a iniciativa dos partidos que suportam o atual Governo Regional, que visa atribuir bolsas de estudo para alunos açorianos que

pretendam frequentar mestrados na área da formação de professores, “é um passo para a resolução do problema” da falta de docentes.

“Será uma bolsa de estudo de cerca de 450 euros (65% do salário mínimo regional), a atribuir por cada dez meses dos dois anos do curso de mestrado. É um incentivo para quem já frequenta ou venha a ingressar no ensino superior possa ver na profissão de professor o seu projeto de vida”, disse.

O projeto de decreto legislativo regional prevê que possam candidatar-se a esta bolsa de estudo os alunos que comprovem estar matriculados em mestrados na área da formação de professores, desde que residam na Região ou nela tenham frequentado todo o ensino secundário. O diploma prevê ainda que os candidatos possuam uma nota de candidatura ao ensino superior igual ou superior a 145 pontos e não sejam detentores de habilitação profissional para a docência. Os alunos que vierem a usufruir desta bolsa de estudo ficam obrigados, imediatamente após a conclusão do mestrado, a concorrer aos concursos de pessoal docente da Região e até ingressarem nos quadros de escola ou regional, pelo período máximo de três anos. A bolsa de estudo é acumulável com quaisquer benefícios financeiros ou materiais atribuídos pelos Serviços de Ação Social das universidades ou com bolsas concedidas por instituições não públicas. Os estudantes que não cumprirem os requisitos da bolsa de estudo para a formação de professores são obrigados a indemnizar a Região em 150% do total das verbas recebidas.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 24 de Junho (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, em formato de videoconferência, através da plataforma Zoom, na ligação <https://zoom.us/j/95129547816?pwd=TFRPTDFEM3UXNHoxUGxjN2EvZDcwZD09> com a seguinte:
ORDEM DE TRABALHOS
1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

NÚCLEOS

CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 30 de junho de 2021 (quarta-feira), pelas 21H00, na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:
ORDEM DE TRABALHOS
1. Autárquicas 2021;
2. Outros Assuntos.
Nota: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças. A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social.

MAFRA

Convoco a Assembleia Concelhia de Mafra do PSD, para uma Reunião Ordinária, a decorrer no próximo dia 2 de Julho (sexta-feira) de 2021 pelas 21H00 sita na Rua do Arvoredo, Bloco B, Ericeira com a seguinte:
ORDEM DE TRABALHOS
1. Análise da situação política Nacional, Regional e Local;
2. Apresentação dos Cabeças de Lista concorrentes às Eleições Autárquicas de 2021 no Concelho de Mafra.
Nota: Chama-se à atenção de todos os militantes da Secção, de que a Assembleia irá-se realizar presencialmente, devendo os mesmos comparecer com máscara tipo cirúrgica, dado o estado atual da pandemia, e de acordo com a legislação em vigor.

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Peso da Régua para reunir no próximo dia 25 de Junho (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, sita na Sede da Junta de Freguesia na Rua Dr. José de Sousa, em Peso da Régua com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão, apresentação e aprovação do candidato (cabeça de lista) às Eleições Autárquicas de 2021.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00
email: jsdnacional@gmail.com



**ERRATA - ALTERAÇÃO DO LOCAL
V CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO
DA JSD DISTRITAL DE BRAGA**

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o IV Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga, a realizar no dia 25 de Junho de 2021 (sexta) pelas 21 horas, no Auditório da Junta de Freguesia de Calendário, sita na Av. de França, Nº 1097, 4760 Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:
1 – Informações e Balanço de Atividades;
2 – Análise da situação política;
3 – Debate temático sobre o tema: “Movimentos independentes - fomentar ou rejeitar?”;
4 – Outros assuntos.

ERRATA

II CONSELHO DISTRITAL JSD LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o II Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 23 de junho (quarta-feira), pelas 21h00, através da plataforma zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Balanço de Atividades da Comissão Política Distrital;
2. Análise da Situação Política;
3. Eleições Autárquicas 2021;
4. Outros Assuntos.

PORTO

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho do Porto para reunir no próximo dia 27 de junho, pelas 10h30, na sede do PSD e da JSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, nº 63, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Apresentação do programa autárquico;
2. Análise e discussão da situação política;
3. Outros assuntos;

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Concelhia da Póvoa de Lanhoso da JSD para reunir, no próximo dia 17 de Julho de 2021, na Sede do PSD da Póvoa de Lanhoso, cita Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº1 – 4º Esq 4830 -535 Póvoa de Lanhoso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia.
Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Distrital de Braga ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

VILA FLOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Vila Flor, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2021 (sábado), pelas 16h00, na Sede do PSD, sita no Largo da Fonte Romana, nº14, 5360-390 Vila Flor, em Vila Flor, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Vila Flor.

Notas:

As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

NÚCLEO LOUROSA – Stª. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD Lourosa para o dia 17 de Julho de 2021 pelas 10h00m, na Avenida Principal, 3120, Lourosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00m e as 17h00m. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**RATEIO DE DELEGADOS AO VI CONGRESSO
DISTRITAL DE AVEIRO**

Concelhia	Delegados
Santa Maria da Feira	16
Aveiro	9
Ovar	6
Anadia	6
São João da Madeira	5
Espinho	4
Águeda	4
Oliveira do Bairro	4
Albergaria-a-Velha	3
Castelo de Paiva	3
Vale de Cambra	3
Arouca	3
Mealhada	3
Oliveira de Azemeis	2
Ílhavo	2
Vagos	2
Murtosa	2
Estarreja	2
Sever do Vouga	1
TOTAL	80